

Reflexões sobre Musealização: processo informacional e estratégia de preservação

Reflections on musealization: information process and strategy of preservation

Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro

Museóloga e Pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), Brasil.

Resumo: O artigo aborda os processos de musealização sob uma perspectiva informacional, ressaltando seu papel como estratégia de preservação. Apresenta reflexões em torno da noção de documento ao longo do século XX, enfatizando sua aplicação aos objetos de museu. Destaca a ampliação do conceito de documento para além do escrito e as contribuições de Paul Otlet, Suzanne Briet e Jean Meyriat. Discorre sobre diferentes estratégias de preservação/musealização, ressaltando seu caráter não excludente.

Palavras-chave: processo de musealização; documento; preservação.

Abstract: The article addresses musealization processes from an informational point of view, emphasizing its role as preservation strategy. Discusses the notion of document throughout the twentieth century, emphasizing its application to museum objects. Highlights the expansion of the concept beyond the written texts and the contributions of Paul Otlet, Suzanne Briet and Jean Meyriat. Exemplifies the different preservation/musealization strategies, stressing their non-exclusive character.

Keywords: musealization process; document; preservation.

Introdução

O texto que se segue teve origem em palestra apresentada no III Seminário Serviços de Informação em Museus, em novembro de 2014. A intenção foi sintetizar um projeto de pesquisa em andamento na Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast/MCTI) intitulada “Musealização como processo informacional”, que conta com o apoio do CNPq. Trata-se de uma reflexão balizada pela Museologia e pela Ciência da Informação – minhas áreas de formação e atuação profissional – cujo objetivo é iluminar *uma* entre as *muitas* dimensões da musealização. Não ousou defender que a abordagem informacional (ou qualquer outra) esgote o tema “musealização”, mas estou segura de que o caminho é extremamente rico e vale a pena ser explorado.

Temos compartilhado algumas premissas com os estudos de cultura material. O uso do termo “cultura material” para se referir aos objetos (em sentido amplo) enfatiza o modo como “coisas aparentemente inanimadas” que nos envolvem agem sobre as pessoas e sofrem ações delas no desempenho de funções sociais, na regulação de relações sociais e na atribuição de sentido simbólico à atividade humana (WOODWARD, 2007, p. 3).

Os objetos, como nota Susan Pearce (1994, p. 125), “incorporam informação única sobre a natureza do homem na sociedade”. Para Andrew Jones (2007, p. 4), são forças constitutivas da sociedade que não devem ser tratadas como meros elementos do mundo aguardando pela experiência do sujeito pensante. Christopher Tilley (2006, p. 24), por fim, adverte que o esquecimento do passado é um “processo inevitável a menos que seus traços materiais sejam preservados”, e que práticas de salvaguarda desses traços materiais preservam memórias “sempre de modo seletivo”, uma vez que “eliminam ao mesmo tempo parte do passado”.

Antes de prosseguir, é necessário também enfatizar que o termo “musealização” serve para nomear coisas essencialmente distintas, embora intimamente relacionadas: de um lado, nomeia um fenômeno detectado no final do século XX caracterizado por uma obsessão inédita pelo passado e, conseqüentemente, pela valorização do museu, que desempenharia um papel compensatório em fase de uma modernização ultra-acelerada acompanhada da obsolescência muito rápida dos bens de consumo (HUYSEN, 2000, p. 27-29). De outro, o termo designa também um processo ou conjunto de processos integrado por uma série de práticas (coleta, identificação, pesquisa, documentação, conservação etc.) voltadas a uma estratégia de preservação que, em sua feição clássica, tem no museu seu caso exemplar. É nesse sentido que Waldisa Rússio (1984, p. 63) aborda a musealização, que entende como uma das formas de preservação e associa à noção de patrimônio. Musealizar, nesse sentido, é inseparável da ação humana de agregação de valor. Neste texto, utilizo o termo “musealização” nesta segunda acepção, mais restrita, ainda que reconheça o potencial analítico da abordagem de Huyssen, particularmente no que se refere à extensão do universo da musealização, que podemos sintetizar com a pergunta sobre o que é (ou não) objeto da Museologia, o que é (ou não) museu, ou o que é (ou não) musealizável.

Ainda que contemple apenas uma entre as múltiplas dimensões da musealização, considero que abordá-la como processo informacional é essencial para a compreensão do museu e de suas práticas. Para Ivo Marovic (1998, p. 74), o reconhecimento do valor informativo do objeto de museu – e, portanto, de sua função como documento – teriam contribuído para o amadurecimento teórico da Museologia, que ingressaria em uma “fase teórico-sintética” a partir da década de 1970.

O termo musealização

O termo “musealização” teria sido introduzido no campo da Museologia por Zbynek Stránský. É o próprio autor quem assume a autoria do termo, que teria sido cunhado por ele e por Wilhelm Ennenbach, nos anos 1970, como um “processo de adquirir musealidade” (BARAÇAL, 2008).

Os termos “musealização” e “musealidade” despontam nas discussões da “Museologia ocidental” oriundos da Europa Oriental,¹ precisamente no início da década de 1980, nas reuniões do recém-fundado ICOFOM.² Essas reuniões não tinham cunho estritamente acadêmico, e os textos não circulavam por toda a comunidade museológica. De acordo com Suely Ceravolo (2004, p. 240), o grupo de origem do ICOFOM tinha como tarefa legitimar a Museologia como “nova disciplina acadêmica”.

À exceção dos MUWOP³ 1 e 2, que têm ISBN, podemos qualificar o conjunto de textos disponibilizados como ICOFOM Studies Series (em seus primeiros anos) como “literatura cinzenta”, no sentido de que são “publicações” não controladas por editores científicos ou comerciais e, portanto, de caráter não-convencional e relativamente efêmero.

Esses textos foram digitalizados e estão hoje acessíveis na internet. Nos primeiros anos, as “publicações” reuniram textos datilografados ou mimeografados, com algumas correções ou anotações manuscritas e muitas vezes paginação descontínua. Os termos “musealização” e “musealidade” eram ainda pouco empregados ou adotados com reservas. A imprecisão ou ambiguidade dos termos é sublinhada algumas vezes:

Em 1980, em um texto publicado no primeiro volume do MUWOP, Klaus Schreiner – então Diretor do Museu de História Agrária na antiga República Democrática Alemã – cita Stránský, para quem o museu seria uma “instituição documentária que acumula, preserva e comunica testemunhos autênticos da realidade objetiva”. O objeto da museologia, por sua vez, teria sido definido pelo mesmo autor como a musealidade, ou seja, “o valor documentário específico dos objetos concretos e perceptíveis da natureza e sociedade, o valor de evidência autêntica da realidade” (SCHREINER, 1980).

No ano seguinte, no segundo número do MUWOP, o estadunidense George Ellis Burcaw enfatizou que metade das vinte contribuições ao primeiro número da publicação eram de autores

1 Stránský vivia e atuava na então Tchecoslováquia.

2 International Committee for Museology – comitê ligado ao ICOM (International Council of Museums).

3 Museological Working Papers n^{os} 1 e 2 foram publicados respectivamente em 1980 e 1981.

oriundos da Europa oriental, acrescentando que metade desses eram da então Tchecoslováquia. A questão central que servira como fio condutor do MUWOP 1 foi “Museology – Science or just practical museum work?”⁴ Burcaw (1981, p. 83-84) criticou a seleção de temas desacompanhados das necessárias explicações de seus significados, o que considerou um ponto fraco do conselho editorial. Confessou, ainda, não ter compreendido alguns dos temas predefinidos para as edições seguintes do MUWOP, advertindo sobre a impossibilidade de um debate sobre temas cuja compreensão não era compartilhada pelo conjunto de autores chamados a participar. Segundo Burcaw, a situação equivaleria a “convidar oponentes para um jogo sem explicar as regras”. No MUWOP 1 (1980), aponta o autor, apenas os europeus do leste sentiam-se confortáveis com a ideia de que a Museologia é uma disciplina científica, e essa polarização seria o aspecto mais significativo do debate, ao lado da falta de familiaridade com o novo vocabulário. Tais autores “não tiveram problema em aderir ao tema, de fato pareciam se divertir com ele; enquanto os autores de países ocidentais tenderam a divagar, evitar a questão ou respondê-la em nível superficial” (BURCAW, 1981, p. 83-84, tradução nossa).

No primeiro número do ICOFOM Studies Series (ISS), referente a um evento realizado em conjunto pelo ICTOP⁵ e pelo ICOFOM em Londres, no ano de 1983, o polonês Woiciech Gluzinski (1983, p. 32) propõe o que denomina “fator M”. Para o autor, a essência do museu não seria baseada em aspectos técnicos ou espaciais, relacionando-se primordialmente ao significado de tudo o que está associado ao museu em um sistema cultural – desde objetos de museu até comportamentos humanos específicos, passando por produtos de museu como coleções, exposições e catálogos. Todos esses elementos seriam marcados por esse “fator M”.

Em comentário ao texto, o australiano John Hodge (1983, p. 66) admite sua dificuldade de compreensão, atribuída a problemas de semântica e desconhecimento de termos específicos, e indaga se o “fator M” seria equivalente à “musealidade” proposta por Stránský. Ilse Jahn (1983, p.79), da Alemanha Oriental, também comenta a contribuição de Gluzinski, ressaltando a necessidade de determinar o “fator M” com mais clareza e precisão e, tal como Hodge, questionando sua relação com o conceito de musealidade e outros similares.

Esses exemplos já são suficientes para evidenciar que os termos “musealização” e “musealidade”, junto a outros nascidos no mesmo contexto, não eram totalmente assimilados, e, portanto, não eram compartilhados pela comunidade museológica em seu conjunto. Sua ocorrência nos textos publicados pelo ICOFOM na década de 1980, possivelmente pelo mesmo motivo, também não era muito expressiva.

⁴ Museologia: ciência ou apenas trabalho prático?

⁵ International Committee for the Training of Personnel.

De 1980 a 1985, as expressões “musealização”, “musealizar” e suas variáveis foram usadas não só pelos autores citados, mas também por outros como Waldisa Rússio (Brasil), Pierre Mayrand (Canadá), Klaus Schreiner (Alemanha Oriental), Peter Van Mensch (Holanda), André Desvallées e Mathilde Bellaigue (França), e Ivo Maroevic (Iugoslávia). Alguns desses autores, como Bellaigue e Maroevic, vinculam explicitamente musealização e informação.

Museu, objeto, informação e documento

Enfatizando que o objeto não é um fim, mas um meio de conhecimento, Bellaigue (1984, p. 81) afirma que “em suas três dimensões, por sua própria materialidade, o objeto “não somente serve à informação, mas também é informação”.

Em texto de 1983 (ISS 05) intitulado “Museology as a part of Information Sciences”, Ivo Maroevic defende a inclusão da Museologia no campo das ciências da informação, uma vez que ela lida com documentos e informação com características específicas:

A Museologia lida com estudo sistemático do processo de emissão de informações que são estocadas na estrutura material da *musealia* ... Além disso, em diferentes níveis de comunicação a Museologia estuda as conexões entre a *musealia* e especialistas, usuários potenciais e o ambiente. Transmissão, disseminação, explanação e uso de informações intrínsecas à *musealia* podem ser percebidos pela seleção, colecionismo, avaliação, proteção, armazenamento, exposição e publicação... (MAROEVIC, 1983, tradução nossa)

Waldisa Rússio (1984b, p. 55), por sua vez, fala em representatividade, “testemunhalidade”⁶ e “documentalidade”. A “representatividade” seria a capacidade de um objeto de “tornar presente qualquer coisa, alguém, um fato, um período, um processo”. A testemunhalidade refere-se ao “valor de testemunho”, que seria “condição *sine qua* da musealização de objetos”, ou seja, o objeto deve dar testemunho, fornecer informações “sobre alguma coisa ou alguém”. A documentalidade, por fim, refere-se ao poder de ensinar (*docere*), de fazer saber, e se relaciona “à informação a ser transmitida, ou seja, à mensagem”.

Em sua tese de doutorado, Peter Van Mensch (1992) dedica um capítulo ao objeto como suporte ou portador de dados.⁷ Para esse autor, objetos de museus são documentos uma vez que são “testemunhos diretos (autênticos) de fenômenos naturais e culturais”.

⁶ No original, *temoignalité*.

⁷ No original, *object as data carrier*.

Em artigo publicado em 1992, Ulpiano Bezerra de Menezes (1992, p. 111) afirmou que o “eixo da musealização” é o “processo de transformação do objeto em documento”, o que introduz “referências de outros espaços, tempos e significados”. Para pensar no objeto musealizado como documento é preciso, portanto, abordar este último conceito.

Algumas palavras sobre o conceito de documento

O termo documento, que deriva do latim *docere* (ensinar), foi intensa e longamente adotado com o sentido de “prova” nos vocabulários jurídico e histórico. Até a virada para o século XX, o documento, de acordo com a tradição da Escola Positivista, fundamentou o fato histórico e se afirmou fundamentalmente como um testemunho escrito.

A crítica ao uso exclusivo de fontes textuais pela História é mérito dos historiadores da Escola dos Annales, que promoveram uma rica discussão sobre a ampliação do conceito de documento. Lucien Febvre, um de seus fundadores, defende que, na ausência de documentos escritos, a História fosse feita com:

[...] tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, depende do homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1989, p. 249)

No âmbito da Ciência da Informação, como ressalta Johanna Smit, a noção de documento foi marcada ao longo do século XX por duas correntes: uma corrente pragmática, que ressalta o caráter intencional do documento e o limita aos registros gráficos (sobretudo textuais), e uma corrente funcionalista que, como o nome já diz, prende-se à função documental e informativa. O entendimento do objeto de museu como documento deve-se a essa corrente funcionalista, representada por Paul Otlet, para quem a noção de documento se aplica a tudo aquilo que for passível “de guarda e preservação, pois representante de alguma ação humana ou de algum detalhe da natureza”, e pela documentalista francesa Suzanne Briet (SMIT, 2008, p. 12).

Os estudos pioneiros de Paul Otlet e Suzanne Briet

O advogado belga Paul Otlet – pioneiro do que se convencionou chamar “Movimento da Documentação” – dedicaria sua vida a empreendimentos como o Instituto Internacional de Bibliografia,⁸ dentre outros. No âmbito dessa organização, fundada em parceria com La Fontaine, seria criado o Repertório Bibliográfico Universal e reelaborada a Classificação Decimal de Dewey, dando origem à Classificação Decimal Universal (CDU) (RAYWARD, 1975; LUND, 2009).

Em 1934, Otlet publica a obra de sua vida, seu *Traité de Documentation: Le livre sur le livre*. Na obra, ele propõe um modelo ampliado de documento, que inclui todos os objetos potencialmente informativos, os quais integrariam o que ele chamou “livro universal”.

Sob o termo genérico “livro”, Otlet (1934, p. 43) incluiu manuscritos e impressos que, em conjunto, constituem o que chamou “Memória Materializada da Humanidade”. Ao lado desses “livros propriamente ditos”, acrescentaria não apenas os “documentos de toda espécie que não foram publicados nem são destinados a sê-lo”, mas também:

[...] a inscrição, o marco sobre o qual é gravado o nome de uma localidade ou uma quilometragem. O poste com o aviso de “pare” ou “desacelere”, uma simples figura convencional da sinalização (redondo, triângulo, barreira fechada) ... o sinal que o escoteiro traça com giz em uma árvore ou uma rocha; ... o cartão de visita com um nome seguido eventualmente de títulos e endereço; o selo postal ... o carimbo, os rótulos. (OTLET, 1934, p. 43, tradução nossa)

Em 1937, durante o “Congresso Mundial da Documentação Universal”, Otlet utiliza o termo *Realia* para se referir às amostras, espécimes e outros objetos “documentais por si mesmos” (incluindo especificamente os objetos de museu), enfatizando sua capacidade de informar.

Em 1951, em manifesto sobre documentação intitulado “Qu’est-ce que la documentation?”, Suzanne Briet (1951, p. 7) define documento como “todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado para as finalidades de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Michael Buckland (1997), observa que os critérios de materialidade, intencionalidade e processamento estão implícitos na abordagem de Briet, que acrescenta:

⁸ O Instituto Internacional de Bibliografia (1895) tem sua origem no Instituto Internacional de Bibliografia Sociológica, fundado 2 anos antes e posteriormente expandido para as demais áreas do conhecimento.

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos das estrelas, as pedras em um Museu de Mineralogia, os animais catalogados em um zoológico. (BRIET, 1951, p.7)

A partir da década de 1980 os escritos de Otlet e Briet são retomados. Na época, vários autores abordam a noção de documento e questões relacionadas: além de Michael Buckland, já mencionado, destacam-se, entre outros, López Yepes, Rayward, Ronald Day e Jean Meyriat.

O documento como produto de uma vontade: a contribuição de Jean Meyriat

Em 1981, o documentalista francês Jean Meyriat propôs uma distinção entre “documento por intenção” e “documento por atribuição” (COUZINET, 2004).

Citando especificamente os objetos reunidos em um museu, Meyriat (1981, p. 51-53) enfatiza que os escritos, embora numerosos e diversos, não são os únicos tipos de objeto capazes de transmitir informação. Independentemente de sua função original, qualquer objeto pode ser tornado documento. A distinção entre documento por intenção e por atribuição é fundamental, pois implica o reconhecimento da “dupla origem possível” do documento. Um objeto é tornado documento por aquele que busca a informação e reconhece nele um significado; sendo assim, emissor e receptor estão autorizados a lhe atribuir sentidos. O documento é sempre “o produto de uma vontade, a de informar ou a de se informar – e pelo menos o segundo é sempre necessário”.

A vontade de obter uma informação é, portanto, um elemento necessário para que um objeto seja considerado como documento, ainda que a vontade de seu criador tenha sido outra. É no momento em que busco uma informação em um objeto cuja função original foi prática ou estética ... que eu faço dele um documento. O conservador de museu manifesta essa nova função constituindo coleções de objetos nos quais doravante os visitantes serão convidados a buscar informação. (MEYRIAT, 1981, p.53, tradução nossa, grifo do autor)

O autor ressalta, ainda, que “a capacidade informativa de um documento não é jamais esgotada”, e que sempre é possível “colocar para um documento já explorado questões novas com a esperança de encontrar respostas novas” (MEYRIAT, 1981, p. 53-54, tradução nossa). O documento permanece, assim, como uma virtualidade.

Em um Museu de História Natural, esqueletos de dinossauros preservam e fornecem informações sobre faunas extintas; em um Museu de Artes e Tradições Populares, trajes camponeses informam sobre os modos de vida, costumes, técnicas de tecelagem e clima, entre outros temas. “Minha bicicleta poderá um dia fornecer para quem interrogá-la informações sobre o lazer da burguesia em meados do século XX, sobre a estatura média dos franceses, as técnicas de construção mecânica, o estado da rede de estradas ou as repercussões da crise do petróleo” (MEYRIAT, 1981, p. 52, tradução nossa).

Com base na literatura da Ciência da Informação a partir da década de 1980, Lund (2009) resume essa tendência: “se alguém considera um objeto ou evento um documento, então ele é por definição um documento”.

A musealização como produto de uma vontade

A lógica usada por Meyriat para a definição de documento serviu de modelo para a proposta de Musealização e preservação como “produto de uma vontade”: podemos então falar de “vontade de preservar”, e de preservação como ação intencional. Em princípio, tudo é passível de ser musealizado/preservado.

Como estratégia de preservação, a musealização tem caráter dinâmico: nesse sentido, podemos falar em preservação física e preservação da informação como práticas intimamente relacionadas. No âmbito dos museus, a documentação dos acervos deve ser compreendida como parte de uma política de preservação. A preservação deve ser, aqui, entendida de forma ampla, como uma ação gerencial que compreende desde políticas até procedimentos e processos. Engloba ações voltadas ao ambiente que abriga os bens, às intervenções e procedimentos nesses bens com a finalidade de prevenir, impedir ou deter sua deterioração física, e às ações voltadas à conservação e acesso aos conteúdos informativos, o que (em particular no caso dos acervos musealizados) envolve atividades de pesquisa e documentação, dentre outras.

Peter Van Mensch (1992) distingue três questões relacionadas à preservação: O que preservar? Que parte ou aspecto do “objeto” (em sentido amplo) deve ser preservado? Como preservar? As duas primeiras referem-se ao aspecto seletivo da preservação (e, segundo a mesma lógica, da musealização). Não se pode musealizar tudo, uma vez que a musealização por definição pressupõe escolhas. De fato, no mesmo movimento em que selecionamos o que preservar, definimos também o que não preservar, ou seja, o que vai seguir o caminho da extinção.

Em relação ao *como* preservar, Mensch oferece dois pares de possibilidades, que podem ser combinados: preservação *in situ* ou *ex situ* / preservação funcional ou material. É importante salientar, entretanto, que nem sempre é necessário escolher apenas uma entre as duas opções. Em outras palavras, não precisamos escolher entre preservação *in situ* ou *ex situ*, pois as duas estratégias são complementares, e isso é absolutamente reconhecido no âmbito do meio ambiente, onde coleções de espécies são preservadas não apenas em suas áreas de origem mas também em coleções vivas, herbários e bancos de sementes, por exemplo. Quanto à preservação funcional, não implica o abandono da preservação material. O quadro a seguir ilustra diferentes estratégias de musealização, que não são excludentes:

Quadro 1 – Estratégias de musealização

Musealização funcional <i>in situ</i>	Abordagem adotada nos ecomuseus. Nesse caso, a preservação também implica escolhas. Não se trata de “que objetos preservar?” mas sim de “quais os aspectos e quais os limites do museu?”, até porque o recorte nesse caso é territorial. O que me parece digno de nota é que ao longo do tempo, o primeiro e mais conhecido ecomuseu, o da comunidade de Creusot Montceau, na França, também passou a formar coleções, como podemos ver em sua página na internet.
Musealização funcional <i>ex situ</i>	Abordagem exemplificada por uma coleção de plantas vivas em um jardim botânico ou um animal preservado em cativeiro. Em ambos os casos, a preservação é funcional, e nesse caso pensamos o funcional em termos de vida. Trata-se de exemplares vivos, ainda que preservados fora de seu contexto de origem, ou de seu ecossistema.
Musealização material <i>in situ</i>	Estratégia exemplificada pelos museus-casa, mas também pelo conjunto arquitetônico que integra o campus do Observatório Nacional – Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast (Rio de Janeiro). Em ambos os casos, os bens são preservados em seu local de origem. No caso do <i>campus</i> ON-Mast, trata-se de uma imposição: podemos remover ou deslocar alguns dos instrumentos de observação para outros locais de guarda, mas as cúpulas de observação e outras edificações não podem ser deslocadas. No caso de um museu-casa, as coleções poderiam estar expostas em outros espaços, separadas ou agrupadas de acordo com outros critérios (por tipologia, por cronologia etc.).
Musealização material <i>ex situ</i>	Estratégia adotada nos museus clássicos, herbários, coleções de animais taxidermizados ou esqueletos preservados em coleções paleontológicas.

Para finalizar, apresento a definição operacional com a qual temos trabalhado:

A musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa.

Segundo Bernd Frohmann (2009), há diferentes tipos de definição. Algumas buscam a essência da coisa definida, outras são definições de trabalho, e não geram inquietações filosóficas. A definição acima corresponde a este segundo tipo. Minha intenção foi destacar alguns aspectos implicados na musealização como processo informacional e, a partir deles, desenvolver estudos de caso e reflexões que enfatizam questões relacionadas aos objetos selecionados, em particular suas trajetórias.

Referências

BARAÇAL, Anaildo B. *Objeto da museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Rio de Janeiro, 2008.

BELLAIGUE, Mathilde. *Derisoire et essentiel: l'objet ethnographique*. In: SYMPOSIUM COLLECTING TODAY FOR TOMORROW – COLLETER AUJOURD'HUI POUR DEMAIN. Leiden, Out. 1984. Publicado em *ICOFOM Study Series*, n.6, p.79-86.

BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Editions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951.

BUCKLAND, M. K. What is a document? *Journal of American Society for Information Science*, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

BURCAW, G. Ellis. Comments on MuWoP n.1. *MuWoP – Museological Working Papers*, n. 2, p. 83-86, 1981.

CERAVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da museologia. *Anais do Museu Paulista*, v. 12, p. 237-268, 2004.

COUZINET, Viviane. Le document: leçon d'histoire, leçon de méthode. *Communication & langages*, n. 140, p. 19-29, 2004. p.19. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_03361500_2004_num_140_1_3264.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p.241-259.

FROHMANN, Bernd. Revisiting "what is a document?". *Journal of Documentation*, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

GLUZINSKI, Woicich. Basic paper. In: JOINT COLLOQUIUM METHODOLOGY OF MUSEOLOGY AND PROFESSIONAL TRAINING. London, UK, ICOM/ICOFOM, 1983.

HODGE, John. Basic paper. In: JOINT COLLOQUIUM METHODOLOGY OF MUSEOLOGY AND PROFESSIONAL TRAINING. London, UK, ICOM/ICOFOM, 1983.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.

JAHN, Ilse. Basic paper. In: JOINT COLLOQUIUM METHODOLOGY OF MUSEOLOGY AND PROFESSIONAL TRAINING. London, UK, ICOM/ICOFOM, 1983.

JONES, Andrew. *Memory and material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LUND, Niels W. Document theory. *ARIST*, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

MAROEVIC, Ivo. *Introduction to museology: the European approach*. München: Verlag Dr. Christian Müller-Straten, 1998.

MAROEVIC, Ivo. Museology as part of information sciences. Basic paper. In: JOINT COLLOQUIUM METHODOLOGY OF MUSEOLOGY AND PROFESSIONAL TRAINING / MUSEUM-TERRITORY-SOCIETY – NEW TENDENCIES / NEW PRACTICES. London, UK, ICOM/ICOFOM, 1983. Addenda 3.

MENESES, Ulpiano T. B. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. *Ciências em Museus*, Belém, n. 4, p. 103-120, 1992.

MENSCH, P. Van. *Towards a methodology of museology*. Thesis (Ph.D.) – University of Zagreb. Zagreb, 1992.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. *Schéma et Schématisation*, n. 14, p. 51-63, 1981.

OTLET, Paul. *Traité de documentation: Le livre sur le livre*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEARCE, Susan. *Interpreting objects and collections*. London: Routledge, 1994.

RAYWARD, W. Boyd. *The Universe of Information*. The Work of Paul Otlet for Documentation and International Organisation. Moscow: VINITI, 1975.

RÚSSIO, Waldisa. Cultura, patrimônio e preservação, texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1984. p. 59-64.

RÚSSIO, Waldisa. Basic paper. In: SYMPOSIUM COLLECTING TODAY FOR TOMORROW – COLLETER AUJOURD'HUI POUR DEMAIN. Leiden, 1984.

SCHREINER, Klaus. Museology: science or just practical museum work? *Museological Working Papers*, n. 1, p. 39-41, 1980.

SMIT, Johanna. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO et al. (Org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008.

TILLEY, Christopher. Introduction: identity, place, landscape and memory. *Journal of Material Culture*, v. 11, n. 1, p. 7-32, 2006.

WOODWARD, Ian. *Understanding material culture*. London: Sage, 2007.